



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA QUARTA (4ª) SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezenove, realizou-se, na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Quarta (4ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sétima (17ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada, nos termos da Relação da Matéria, datada de 22 de fevereiro de 2019. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106, da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Alexandre Cintra (01), André Albejante Mazon (02), Cinoê Duzo (03), Cristiano Gaioto (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), Jorge Setoguchi (06), Laércio Rocha Pires (07), Luís Roberto Tavares (08), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (09), Marcos Antonio Franco (10), Maria Helena Scudeler de Barros (11), Moacir Genuario (12), Orivaldo Aparecido Magalhães (13), Samuel Nogueira Cavalcante (14), Sônia Regina Rodrigues (15), Tiago César Costa (16) e, ausente, Luiz Roberto de Souza Leite (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas na Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Único, do Artigo 106, da citada Resolução, convidou o Vereador Moacir Genuario, para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Ato contínuo, a sessão foi suspensa, às 18h37, para cumprimento do disposto no *Requerimento nº 008/2019, de iniciativa do Vereador Geraldo Vicente Bertanha, que solicitou homenagem, ao Dr. Fernando Oliveira de Abreu Sampaio, para entrega do Título de Cidadão Mogimiriano, que lhe foi conferido, pelo Decreto Legislativo nº 307, de 2018.* Cumprida dita providência, a sessão foi reaberta, às 18h51, e o Sr. Presidente, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", submeteu à apreciação do Plenário a ata da Terceira (3ª) Sessão Ordinária e da Primeira (1ª) Sessão Extraordinária, realizadas ambas, em 18 de fevereiro de 2019, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas, pelos Vereadores Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência, o Presidente deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 20, de 2019, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 18/2019, datada de 15/02/2019, objeto do Ofício nº 18/2019, de igual data, “dispondo sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 163.169,56”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno); 2. Projeto de Lei nº 21, de 2019, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 19/2019, datada de 15/02/2019, objeto do Ofício nº 19/2019, de igual data, “dispondo sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 1.000.000,00”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno); 3. Projeto de Lei nº 22, de 2019, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 20/2019, datada de 15/02/2019, objeto do Ofício nº 20/2019, de igual data, “dispondo sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 100.000,00”; (ao exame das Comissões



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Permanentes, conforme Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno); 4. Projeto de Lei nº 23, de 2019, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Carlos Nelson Bueno, acompanhado de Mensagem nº 21/2019, datada de 15/02/2019, objeto do Ofício nº 21/2019, de igual data, “dispondo sobre a abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 101.000,00”; (ao exame das Comissões Permanentes, conforme Artigo 49, § 1º, do Regimento Interno). Ainda com os Ofícios nºs 18, 19, 20, 21/2019, o Sr. Prefeito Carlos Nelson Bueno solicitou, respectivamente, fossem os Projetos de Lei nºs 20, 21, 22, 23/2019 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto, no Artigo 54 da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): Requerimento Nº 108/2019 - Assunto: Requer homenagem pela comemoração dos 55 anos da ETEC “Pedro Ferreira Alves”, a ser realizada no dia 12 de março de 2019, com início as 12h, na sede da ETE Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Requerimento Nº 109/2019 - Assunto: Requer ao Exmo. Prefeito Carlos Nelson Bueno e também ao Presidente da Câmara Municipal Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, informações a respeito de quais medidas foram adotadas em cumprimento da Lei 6020/2018 “Ficha Limpa Municipal” e nos encaminhe o relatório destas ações junto com as propostas implantadas. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Requerimento Nº 110/2019 - Assunto: Requer ao Exmo. Prefeito Carlos Nelson Bueno, por intermédio da Secretaria competente, informações a respeito do andamento da licitação para o asfaltamento e benfeitorias do Parque das Laranjeiras, se há previsão para o início das obras e para quando seria este início. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA, MOACIR GENUARIO. Requerimento Nº 111/2019 - Assunto: SOLICITA AO PREFEITO MUNICIPAL NOTAS FISCAIS RELATIVAS A AQUISIÇÃO DE CINCO MOTORES PARA OS VEÍCULOS FORD TRANSIT DA SECRETARIA DE SAÚDE. Autoria: MARCOS ANTONIO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

FRANCO. Requerimento Nº 112/2019 - Assunto: REQUEIRO A EMPRESA ELEKTRO QUE REALIZE SUBSTITUIÇÃO DE POSTE DE ENERGIA DE MADEIRA COM PROBLEMAS ESTRUTURAIS, LOCALIZADO NA RUA ANTÔNIO FERNANDES ROSA, NO JARDIM PLANALTO. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 113/2019 - Assunto: REQUEIRO AO EXMO. SR. PREFEITO MUNICIPAL, CARLOS NELSON BUENO E A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRAPARTIDA OFERECIDA AO ERÁRIO PÚBLICO REFERENTE A APROVAÇÃO DO RESIDENCIAL MANACÁS. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 114/2019 - Assunto: REQUEIRO OUTORGA DE HONRARIA AO “CIDADÃO MOGIMIRIANO”, O REVERENDÍSSIMO PADRE HAROLDO RAHM, PELO SEU CENTENÁRIO, COMPLETADO NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2019. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Requerimento Nº 115/2019 - Assunto: REQUEREMOS AO EXECUTIVO MUNICIPAL O ENVIO DE INFORMAÇÕES A RESPEITO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS, MARCOS ANTONIO FRANCO, MOACIR GENUARIO, TIAGO CÉSAR COSTA. Requerimento Nº 116/2019 - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, PROJETOS E INFORMAÇÕES DE MANUTENÇÃO E MELHORIAS NA ESTRADA MUNICIPAL RURAL OSCAR FERREIRA DE MELLO (MMR-264). Autoria: JORGE SETOGUCHI. Requerimento Nº 117/2019 - Assunto: Requer homenagem ao DIA INTERNACIONAL DA MULHER, a ser realizada no dia 13 de março de 2019, com início às 18h30 no plenário da Câmara Municipal Autoria: CRISTIANO GAIOTO, GERALDO VICENTE BERTANHA, SÔNIA REGINA RODRIGUES, MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO, ANDRÉ ALBEJANTE MAZON. Requerimento Nº 118/2019 - Assunto: REQUEIRO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

CARLOS NELSON BUENO, INFORMAÇÕES DE TODOS OS PONTOS DE COLETA DE LIXO NA ZONA RURAL DE MOGI MIRIM, BEM COMO OS DIAS E HORÁRIOS DAS COLETAS. Autoria: JORGE SETOGUCHI. Requerimento Nº 119/2019 - Assunto: Requer do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria Municipal de Segurança Pública: informações referentes ao monitoramento por câmeras na área central da cidade, devido as recentes ocorrências, de vandalismo e assaltos. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 120/2019 - Assunto: Requeiro retirada do requerimento 99/2019, sobre Audiência Pública para tratar de assuntos referentes ao Jardim Velho: análise dos riscos das árvores, terminal rodoviário e projetos de melhorias para a Praça Floriano Peixoto. Autoria: CRISTIANO GAIOTO, LUIS ROBERTO TAVARES, GERALDO VICENTE BERTANHA. Requerimento Nº 121/2019 - Assunto: Requer informações do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, através da Subprefeitura de Martim Francisco e do Secretário de Governo, quais dificuldades estão tendo para resolver a situação de falta de limpeza do rio que passa por baixo da Avenida Luiz Pilla, Martim Francisco, trazendo inúmeros transtornos aos moradores diante de transbordamento de água invadindo casas aos redores. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 122/2019 - Assunto: Solicito ao Prefeito Municipal, que encaminhe as respostas das solicitações de todos os Vereadores e Vereadoras conforme dispõe o artigo 243, § 2º, da Resolução nº. 276/2010, vigente Regimento Interno. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Requerimento Nº 124/2019 - Assunto: Requer ao Senhor Prefeito Carlos Nelson Bueno, que officie a Viação Fênix transportes para que faça melhorias e a instalação de placa de parada de ônibus na Rua Alcindo Barbosa no Parque da Imprensa. Autoria: LAÉRCIO ROCHA PIRES. Requerimento Nº 125/2019 - Assunto:



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

REQUEIRO AO EXMO PREFEITO MUNICIPAL ESTUDOS JUNTO AOS DEPARTAMENTOS COMPETENTES QUE PROCEDAM OBRAS DE REFORMA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO PARQUE DA IMPRENSA. Autoria: LAÉRCIO ROCHA PIRES. Requerimento Nº 126/2019 - Assunto: REQUEIRO AO EXMO PREFEITO MUNICIPAL ESTUDOS E PROVIDÊNCIAS JUNTO AOS DEPARTAMENTOS COMPETENTES PARA REALIZAR OBRAS DE COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA DO PARQUE DA IMPRENSA. Autoria: LAÉRCIO ROCHA PIRES. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES**, endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: Indicação Nº 198/2019 - Assunto: Solicita ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal, Arquiteto Carlos Nelson Bueno, junto a Secretaria competente, providencie revisão elétrica e troca das lâmpadas da Praça da Criança, no Jardim Longatto por lâmpadas de LED. Autoria: CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 199/2019 - Assunto: Solicita ao Exmo. Senhor Prefeito Municipal, Arquiteto Carlos Nelson Bueno, junto a Secretaria competente, providencie revisão elétrica e troca das lâmpadas da Praça Ibrantina Cardona, bairro Santa Helena, por lâmpadas de LED. Autoria: CRISTIANO GAIOTO, MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 200/2019 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Carlos Nelson Bueno por intermédio da Secretaria competente, para que seja feita verificação relacionada à água da chuva sem escoamento na Rua João Mantovani, altura do número 443, Bairro Santa Cruz. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA. Indicação Nº 201/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA NAS ÁREAS VERDES DA RUA GASTÃO PINHO DE OLIVEIRA, NO JARDIM PARQUE REAL. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 202/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA NA ÁREA VERDE DA RUA EMILIO CECCOLIN, NO JARDIM CALIFÓRNIA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 203/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA JOSÉ BENEDITO DE MORAES LOCALIZADA NO JARDIM SILVANIA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES, CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 204/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA SOFIA IDALINA MANTOVANI, NO JARDIM CALIFÓRNIA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 205/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA NOS ARREDORES DO PONTO DE ÔNIBUS LOCALIZADO NA RUA SEBASTIÃO EUZÉBIO DE OLIVEIRA, NO JARDIM NAZARÉ. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES, CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 206/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA NO TERRENO DAS OBRAS DA CRECHE DO NIAS. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 207/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA NAS ÁREAS VERDES AO LADO DO CONDOMÍNIO UBATUBA, NO JARDIM LINDA CHAIB. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 208/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA VEREADOR ANTÔNIO FRANCO BARBOSA JUNIOR, NO PARQUE DA IMPRENSA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES, CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 209/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

TAPA BURACOS NA RUA JOSÉ DA CUNHA CLARO, NO PARQUE DA IMPRENSA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 210/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA NAPOLEÃO LAUREANO, NA SANTA LUZIA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 211/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA AMÁBILE M. GUARNIERI, NO JARDIM CALIFÓRNIA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 212/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA FRANCISCO PARRA HERNANDES, NO JARDIM NAZARÉ. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES, CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 213/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO PINTURA DE SINALIZAÇÃO DE SOLO NA RUA FRANCISCO PARRA HERNANDES, NO JARDIM NAZARÉ. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES, CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 214/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO PINTURA DE SINALIZAÇÃO DE SOLO NA RUA MINAS GERAIS, NA SANTA CRUZ. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 215/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO PINTURA DE FAIXA DE PEDESTRES NA RUA JOSÉ MAGRINI, NA SANTA CRUZ. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 216/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA SENADOR JOSÉ BONIFÁCIO, NO CENTRO. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 217/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO MANUTENÇÃO NAS RUAS DO DOMENICO BIANCHI. Aatoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 218/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO MANUTENÇÃO NA MALHA ASFÁLTICA DA AVENIDA NELSON PATELLI, NO JARDIM CALIFÓRNIA. Aatoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 219/2019 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, JUNTAMENTE COM A SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO E MELHORIAS NA ESTRADA MUNICIPAL RURAL OSCAR FERREIRA DE MELLO (MMR-371), COM RELAÇÃO AOS PONTOS CRÍTICOS NO PAVIMENTO. Aatoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 220/2019 - Assunto: SOLICITO AO SR. PREFEITO MUNICIPAL CARLOS NELSON BUENO, ATRAVÉS DA SECRETARIA COMPETENTE, MANUTENÇÃO, REVITALIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO NA PRAÇA FREI HENRIQUE MAYNADIER, NO BAIRRO JARDIM ELITE. Aatoria: JORGE SETOGUCHI. Indicação Nº 221/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO ESTUDOS PARA SUBSTITUIÇÃO DA ILUMINAÇÃO DA PRAÇA ITAPIRA, NO MIRANTE, POR LUMINÁRIAS DE LED, PARA MELHORAR A LUMINOSIDADE E SEGURANÇA DOS FREQUENTADORES. Aatoria: LUIS ROBERTO TAVARES, CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 222/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO ESTUDOS PARA SUBSTITUIÇÃO DA ILUMINAÇÃO DA PRAÇA COMANDANTE JOSÉ DOS SANTOS MORENO, NO MOGI MIRIM II, POR LUMINÁRIAS DE LED, PARA MELHORAR A LUMINOSIDADE E SEGURANÇA DOS FREQUENTADORES. Aatoria: LUIS ROBERTO TAVARES, CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 223/2019 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO ESTUDOS PARA SUBSTITUIÇÃO DA ILUMINAÇÃO DA PRAÇA CHICO MENDES, NO JARDIM DO LAGO, POR LUMINÁRIAS DE LED, PARA MELHORAR A LUMINOSIDADE E SEGURANÇA DOS FREQUENTADORES. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES, CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 224/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO ESTUDOS PARA SUBSTITUIÇÃO DA ILUMINAÇÃO DA PRAÇA APARECIDO RIBEIRO, NO JARDIM DO LAGO, POR LUMINÁRIAS DE LED, PARA MELHORAR A LUMINOSIDADE E SEGURANÇA DOS FREQUENTADORES. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 225/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO ESTUDOS PARA SUBSTITUIÇÃO DA ILUMINAÇÃO DA PRAÇA “4 DE MARÇO” LOCALIZADA NA RUA RAUL BRUNIALTI, NO PARQUE DAS LARANJEIRAS, POR LUMINÁRIAS DE LED, PARA MELHORAR A LUMINOSIDADE E SEGURANÇA DOS FREQUENTADORES. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES, CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 226/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO ESTUDOS PARA SUBSTITUIÇÃO DA ILUMINAÇÃO DA PRAÇA LOCALIZADA NA RUA TICUNA, NO MOGI MIRIM II, POR LUMINÁRIAS DE LED, PARA MELHORAR A LUMINOSIDADE E SEGURANÇA DOS FREQUENTADORES. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES, CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 227/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO ESTUDOS PARA SUBSTITUIÇÃO DA ILUMINAÇÃO DOS ARREDORES DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR VALÉRIO STRANG, POR LUMINÁRIAS DE LED, PARA



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

MELHORAR A LUMINOSIDADE E SEGURANÇA DOS FREQUENTADORES. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES, CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 228/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO ESTUDOS PARA SUBSTITUIÇÃO DA ILUMINAÇÃO DOS ARREDORES DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR ANTONIO JOSÉ PERES MARQUES, POR LUMINÁRIAS DE LED, PARA MELHORAR A LUMINOSIDADE E SEGURANÇA DOS ALUNOS, FUNCIONÁRIOS E PROFESSORES. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES, CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 229/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO ESTUDOS PARA SUBSTITUIÇÃO DA ILUMINAÇÃO DA quadra POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL ANA ISABEL DA COSTA FERREIRA, POR LUMINÁRIAS DE LED, PARA MELHORAR A LUMINOSIDADE E SEGURANÇA DOS FREQUENTADORES. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES, CRISTIANO GAIOTO. Indicação Nº 230/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA NOS ARREDORES DA ACADEMIA AO AR LIVRE DO JARDIM LINDA CHAIB. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 231/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, REALIZE ESTUDOS PARA INSTALAÇÃO DE DISPOSITIVO PARA REDUÇÃO DE VELOCIDADE NA RUA CONDE ALVARES PENTEADO, PRÓXIMO A ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR VALÉRIO STRANG. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 232/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO REFORMAS NA QUADRA DE AREIA LOCALIZADA NA PRAÇA COMANDANTE JOSÉ DOS SANTOS MORENO, NO MOGI MIRIM II. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 234/2019 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA E REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA COMANDANTE JOSÉ DOS SANTOS MORENO NO MOGI MIRIM II. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 235/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO OPERAÇÃO TAPA BURACOS NA RUA BENEDITO ALVARENGA NO JARDIM MARIA BEATRIZ. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 236/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO ESTUDOS PARA MELHORIA NO ESCOAMENTO DE ÁGUA EM FRENTE A EMEB REGINA MARIA TUCCI DE CAMPOS NA SANTA CRUZ. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 237/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO ESTUDOS PARA MUDANÇA DE LOCAL DA LOMBADA LOCALIZADA APÓS A FAIXA DE PEDESTRES EM FRENTE A EMEB REGINA MARIA TUCCI DE CAMPOS NA SANTA CRUZ. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 238/2019 - Assunto: INDICO PARA QUE O DEPARTAMENTO COMPETENTE, QUE SEJA REALIZADO LIMPEZA NO TERRENO LOCALIZADO NA JOSÉ DA CUNHA CLARO, NO PARQUE DA IMPRENSA. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Indicação Nº 239/2019 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Polícia Militar: providências e intensificação do patrulhamento ostensivo e preventivo da Guarda Civil Municipal na Zona Rural. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 240/2019 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Obras e serviços: providência para manutenção das instalações do Tiro de Guerra. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Indicação Nº 241/2019 - Assunto: Indica-se ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, Carlos Nelson Bueno, através da Secretaria de Obras, Habitação e Serviço: providências para viabilizar operação tapa buraco na Avenida Padre Roque, próximo ao nº 2.600, em frente ao comércio Del Bianchi. Autoria: MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO. Indicação Nº 242/2019 - Assunto: SOLICITO AO EXMO PREFEITO MUNICIPAL A IMPLANTAÇÃO DE UMA MELHOR ILUMINAÇÃO E A TROCA DE LÂMPADAS QUEIMADAS NA QUADRA DE ESPORTE DO PARQUE DA IMPRENSA. Autoria: Laércio Rocha Pires. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores as seguintes **MOÇÕES**, endereçadas à Mesa (aprovadas pela Casa): Moção Nº 27/2019 - Assunto: Moção de Congratulações e Apoio ao Pacote de Projetos de Leis Anticorrupção e Antiviolação, apresentadas pelo Ministro da Justiça Sérgio Moro. Autoria: TIAGO CÉSAR COSTA, ALEXANDRE CINTRA, ANDRÉ ALBEJANTE MAZON, CINOÊ DUZO, CRISTIANO GAIOTO, GERALDO VICENTE BERTANHA, GERSON LUIZ ROSSI JUNIOR, JORGE SETOGUCHI, LUIS ROBERTO TAVARES, LUIZ ROBERTO DE SOUZA LEITE, MANOEL EDUARDO PEREIRA DA CRUZ PALOMINO, MARCOS ANTONIO FRANCO, MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS, MOACIR GENUARIO, ORIVALDO APARECIDO MAGALHAES, SAMUEL NOGUEIRA CAVALCANTE, SÔNIA REGINA RODRIGUES. Moção Nº 29/2019 - Assunto: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS COM O “ CIDADÃO MOGIMIRIANO” O REVERENDÍSSIMO, PADRE HAROLDO RAHM, PELO SEU CENTENÁRIO, COMPLETADO NO DIA 22 DE FEVEREIRO. Autoria: LUIS ROBERTO TAVARES. Moção Nº 30/2019 - Assunto: MOÇÃO DE PESAR PELO FALECIMENTO DA SENHORA ABIGAIL BRASI MALVEZZI, OCORRIDO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2019. Autoria: MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS. Moção Nº 31/2019 - Assunto: MOÇÃO de APOIO ao Projeto



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de Lei Complementar nº 02/2013 da Alesp, de autoria do deputado estadual Carlos Giannazi, o qual garante direito a aposentadoria especial do Magistério, aos titulares da carreira que ocuparem ao cargo de diretor, coordenador, supervisor e a função de vice-diretor. Autoria: CRISTIANO GAIOTO, CINOÊ DUZO. Moção Nº 32/2019 - Assunto: VOTOS DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS, AS VETERINARIAS DRA. ALUÊ RODRIGUES CRUZ, PELO SERVIÇO VOLUNTARIO PRESTADO AO ANIMAIS DE BRUMADINHO MG APÓS O ACIDENTE COM A BARRAGEM DA VALE. Autoria: ANDRÉ ALBEJANTE MAZON. Moção Nº 33/2019 - Assunto: VOTOS DE CONGRATULAÇÕES E APLAUSOS, AS VETERINARIA DRA. ANDRESSA FERRARI GONÇALVES, PELO SERVIÇO VOLUNTARIO PRESTADO AO ANIMAIS DE BRUMADINHO MG APÓS O ACIDENTE COM A BARRAGEM DA VALE. Autoria: ANDRÉ ALBEJANTE MAZON. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios circulares, datados de janeiro de 2019, subscritos pelos Presidentes das Câmaras Municipais de Serra Negra, Ubatuba, Pedreira e Socorro, Estado de São Paulo, “informando a composição da nova Mesa Diretiva, para o biênio 2019/2020, daquelas Casas Legislativas”; (arquite-se); Ofício s/nº, datado de 31 de janeiro de 2019, subscrito pelo Deputado Edmir Chedid, “parabenizando o Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, pela assunção à presidência, da Casa de Leis de Mogi Mirim, no biênio 2019/2020”; (arquite-se); Ofícios nºs. 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, datados 18, 19, 20, 21 de fevereiro de 2019, todos subscritos pelo Chefe de Gabinete do Prefeito Municipal, José Augusto Francisco Urbini, respectivamente, respondendo a respeito da Indicação nº 1218/2018; Requerimento nº 011/2019; Requerimento nº 040/2019; Requerimento nº 001/2019; Requerimento nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

017/2019; Indicação nº 486/2016; Requerimento nº 521/2017; Requerimento nº 027/2019; Requerimento nº 051/2019; Requerimento nº 055/2019; Indicação nº 083/2019; Indicação nº 038/2019; Indicação nº 039/2019; Indicação nº 088/2019; Indicação nº 056/2019; Requerimento nº 086/2019; Requerimento nº 029/2019; Requerimento nº 034/2019; Requerimento nº 035/2019; Indicação nº 091/2019; Requerimento nº 053/2019; Requerimento nº 037/2019; Indicação nº 105/2019; Indicação nº 031/2019; Requerimento nº 061/2019; Indicação nº 032/2019; Indicação nº 001/2019; Indicação nº 013/2019; Indicação nº 020/2019; Indicação nº 021/2019; Indicação nº 023/2019; Indicação nº 026/2019; Indicação nº 037/2019; Indicação nº 068/2019; Indicação nº 081/2019; Indicação nº 082/2019; Indicação nº 084/2019; Requerimento nº 014/2019; Requerimento nº 065/2019; Requerimento nº 087/2019; Requerimento nº 021/2019; Requerimento nº 012/2019, desta Edilidade; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores interessados). Não havendo mais proposituras, ou quaisquer outros documentos, para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra, no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. O primeiro orador foi o Vereador Cristiano Gaioto. Ele, de início, enalteceu o trabalho do Vereador Luís Roberto Tavares, porque, na sexta-feira última, alguns ônibus tinham ficado atolados, no percurso da linha do Horto Vergel, o Vereador Luís Roberto tinha contatado o orador, porque tinha “alguns contatos”, e ambos, juntos, tinham conseguido solucionar o problema, bem como, no domingo, atuando ambos, quando da forte chuva e da queda do muro, que estava sendo construído, no CAIC. Sobre a queda do muro, que estava sendo construído, no CAIC, o orador esclareceu, que o prejuízo seria assumido, pela empresa construtora, que a queda tinha sido momento de apreensão e que, o Secretário de Obras e Habitação Popular, Victor Coppi, não descartava atos de vandalismo, se bem, que as caixas de sustentação do muro ainda não tinham sido



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

concretadas. Depois, o vereador comentou acerca de requerimento, que tinha apresentado, na última sessão, para audiência pública, visando discutir o Programa de Apoio Financeiro Escolar (PAFE), recurso, que as escolas recebiam, trimestralmente, um dinheiro que estava sendo bem utilizado, pelas diretoras, para efetuarem melhorias, nas escolas; que ele tinha sugerido ao Chefe de Gabinete, Guto Urbini, para que fosse ampliado o valor repassado às escolas, haja vista que a manutenção das escolas era quase impossível, de se fazer, com o pequeno número de funcionários e, se houvesse uma equipe montada, certamente, a Secretaria de Educação conseguiria manter seus quase quarenta prédios de unidades escolares; que seria impossível roçar a grama de todas as escolas, ao mesmo tempo, sem uma equipe montada, exclusivamente, para manutenção das escolas, portanto, se, porventura, o repasse do PAFE fosse maior, as próprias diretoras poderiam fazer a contratação de mão-de-obra e efetuar a limpeza das escolas, e haveria economia, pois cada Associação de Pais e Mestres – APM se encarregaria de fazer a limpeza, em sua própria unidade, e, quando do início das aulas, todas as escolas estariam limpas; que era humanamente impossível limpar todas as escolas do município, em uma semana, com somente uma equipe de dez homens, principalmente, nas férias de janeiro, que eram chuvosas; que esta era ideia alternativa e ele iria expô-la, em audiência, todavia, ele sabia que a ideia não iria resolver o problema da estrutura dos prédios escolares, apenas os problemas emergenciais e corriqueiros, que as diretoras seriam convidadas, para a audiência, e trariam os relatórios de gastos do PAFE, e que, o PAFE era lei, que tinha sido aprovada pela Câmara. O próximo orador foi o Vereador Geraldo Vicente Bertanha. Ele cumprimentou a ex-colega de trabalho, primeira mulher a colocar a voz e imagem, na SEC TV de Mogi Mirim, Sílvia Bento Polettini, presente, nas galerias. Depois, agradeceu ao presidente, porque ele tinha apresentado o Requerimento nº 122/2019, através do qual, solicitava ao Prefeito Municipal, que encaminhasse as respostas das solicitações de todos os vereadores, conforme



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

disposto, no Artigo 243, § 2º, da Resolução nº. 276/2010, Regimento Interno vigente. Verbalizou, que era importante que a prefeitura se atentasse à questão, não só do prazo, mas também, da autoria, da propositura, porque, na semana passada, ele, orador, tinha recebido uma resposta a um requerimento, que, na realidade, era de autoria do Vereador Gérson Luiz Rossi Júnior. Depois, passou a comentar sobre a saúde, no município, e afirmou, que estava recebendo várias reclamações de pacientes da rede, sobre exames, os quais eram realizados, em outras cidades, tais como, Araras e Arthur Nogueira, exames considerados simples, mas, fato era, que o transporte intermunicipal dos pacientes oferecido era feito, em ambulâncias, as quais não eram veículos adequados, para tal tipo de transporte logístico, haja vista que os pacientes viajavam de modo desconfortável; que a prefeitura tinha justificado, que não havia ilegalidade, nesse tipo de transporte, mas o orador afirmava, que era desumano; que havia também a questão da segurança, pois os pacientes viajavam, sem cintos de segurança; que ele tinha questionado o Gabinete do Prefeito e a Secretaria de Saúde, porque, na semana passada, um dos pacientes tinha alegado, que viajara, sentado, no chão da ambulância; que o orador sugeria, fossem locadas vans, para a Secretaria de Saúde, a fim de que fossem utilizadas, para esse tipo de deslocamento mais distante, haja vista que ele não concordava, que pacientes fossem transportados, sem segurança; que, depois de sua sugestão, ele tinha sido informado, de que a Secretaria de Saúde possuía vários carros baixos, com capacidade para seis pessoas, que o Vereador Marcos Franco vivia a dizer, que a Secretaria de Saúde não possuía ambulâncias, para trabalhar, e, agora, a secretaria colocava ambulâncias, para transportar pacientes, aos exames, ambulâncias estas, que deveriam ser utilizadas somente na cidade, e que, ele, orador, antes de criticar, gostava de sugerir e ficava, pois, a sugestão. Para finalizar, desejou bom carnaval a todos. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi. Ele versou sobre os requerimentos e indicações, que tinha apresentado, e, de início, agradeceu aos pares a aprovação das



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

proposituras. Primeiramente, abordou o Requerimento nº 118/2019, através do qual solicitou, ao Prefeito Municipal, informações de todos os pontos de coleta de lixo, instalados na zona rural, de Mogi Mirim, bem como, os dias e horários das coletas. Explicou, que o recolhimento do lixo, em alguns pontos, na área rural, acontecia somente uma, ou duas vezes, na semana; que, quando existiam problemas, com a empresa terceirizada, o primeiro lugar que a coleta deixava de recolher era na zona rural, e que, ele pedia providências, para que isso não mais ocorresse, pois, o lixo se acumulava, na beira das estradas, as lixeiras transbordavam e havia uma bagunça terrível. Depois, comentou que havia solicitado Operação tapa buracos, para algumas ruas da cidade. Afirmou que sabia, que o recapeamento seria feito, em algumas ruas esburacadas, todavia, as ruas do Jardim Murayama I, e a Rua João Mantovani estavam muito ruins, apresentavam problemas de tráfego, os munícipes estavam reclamando, porque eram muitos buracos e o trânsito era intenso, e a Rua João Mantovani era ainda, uma via de entrada e saída, da cidade, e, desta forma, ele pedia atenção da administração, porque sabia que o recapeamento estava agendado, mas iria demorar e os buracos estavam aumentando. Abordou ainda, a Indicação nº 219/2019, para manutenção e melhorias, na estrada municipal rural Oscar Ferreira de Mello - MMR-371, relativamente, aos pontos críticos, no pavimento. Finalizando, aclarou, que as estradas rurais, com pontos críticos, estavam recebendo o serviço da máquina patrol, todavia, era necessário também, jogar cascalho, no leito carroçável, porque, quando chovia, o agricultor não conseguia “sair de casa”, pois a estrada se tornava um “barro só”, nos pontos críticos, impossível de transitar, portanto, além da patrol, era preciso jogar cascalho, nos pontos críticos. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. De início, falou de requerimento, que tinha apresentado, e explicou que, como líder comunitário, do Parque da Imprensa, trazia a questão, de um ponto de ônibus, que tinha sido quebrado, por vândalos, há três meses, e as pessoas idosas davam sinal, no antigo ponto,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para os ônibus pararem, mas, não existindo um marco, os ônibus passavam direto e as pessoas idosas ficavam constrangidas. Citou também, o péssimo estado da quadra de esportes do Parque da Imprensa, que estava abandonada, totalmente, e pediu reforma geral, na quadra, pois estava difícil jogar bola, o piso estava levantando e um garoto já tinha se machucado. Aproveitou a presença, nas galerias, do assessor do Prefeito, Edson Pessiqueli, e reforçou pedido de iluminação pública, para o Parque da Imprensa. Explicou, que a iluminação estava apagada havia dois anos e três meses, a localidade estava, no escuro, ele já fizera pedido anterior, e a quadra estava se tornando ponto de encontro de drogados, causando problemas aos moradores do seu entorno. Falou ainda, sobre a escola do Parque da Imprensa, e registrou, que já havia remetido ofício, ao deputado David Zaia, sobre a escola, na tentativa de viabilizar uma cobertura, para quadra, porque as crianças precisavam de sombra, sair do sol forte e pesado. Depois, dirigindo-se aos moradores do Loteamento Domênico Bianchi, explicou, que retirara o seu gabinete móvel de circulação, porque ele não era mais vereador, ele poderia ter problemas, com a legalidade, porém, informava, que não tinha abandonado suas visitas aos bairros, da cidade, especialmente, ao Domênico Bianchi, ele fazia as visitas, sem o gabinete móvel, e tinha muitos amigos, nos bairros. Ratificou o que ele já dissera, em sessão anterior, ou seja, de que pessoas mal-intencionadas tinham denegrido sua imagem, e, no futuro, ele citaria os nomes dos incompetentes e mal-intencionados, porque a população precisava saber quem eram, haja vista que os “inescrupulosos e os vagabundos”, ausentavam-se, da cidade, por grandes períodos de tempo – três anos e seis meses, depois retornavam, ao município, em vésperas de eleições, para influenciar o povo. Para concluir, disse, que tais tipos já estavam começando a retornar, à cidade, a fim de atacar pessoas, as quais estavam trabalhando, pela população. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares. Ele parabenizou o Vereador André Albejante Mazon, pelo transcurso de seu aniversário.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Prosseguindo, citou que todos os vereadores tinham recebido uma lembrança, relativa ao centenário da EE Oscar Rodrigues Alves, que fora ato de parceria, com o Projeto Compostagem, da Ecoescola Visafértil, e que, seria feita moção de congratulações à escola, à empresa Visafértil e aos senhores Ulisses Girardi e Marê Tavares, pela realização do projeto. Depois, relatou que um ônibus tinha permanecido atolado, na estrada do Horto Vergel, que o motorista ficara desesperado, mas o Vereador Cristiano Gaioto tinha feito contato, com a empresa, e tudo fora resolvido, portanto, ele agradecia ao Vereador Cristiano, pela parceria e ajuda. Na sequência, falou sobre a ponte do Horto Vergel e relatou que, no passado, a ponte quase quebrara, caindo aos pedaços, e a administração havia demorado seis meses, para consertá-la; que, depois do conserto, a água passava, por cima da ponte; que, há vários meses, ele vinha brigando, por soluções, para a ponte, e falara com o Secretário de Agricultura, Valdir Biazotto, o qual rogara, por um prazo de dez dias, sem chuvas, para consertos, com a retroescavadeira; que a administração deveria ter feito o conserto, na ponte, antes do início das chuvas, porque, quando tinham trocado o madeiramento, no passado, o assoreamento do leito do rio já havia começado; que, há algum tempo, ele tinha conversado, com os proprietários do loteamento Boa Vista e do loteamento Franciscanos, porque existia um Termo Ajuste de Conduta – TAC, da prefeitura para com os empreendedores, para que fossem feitas algumas melhorias, no Parque das Laranjeiras, como contrapartida, aos empreendimentos imobiliários, a saber, o asfalto e a iluminação, na Rua 15, e, conforme clausula 6^a, do TAC, o empreendimento imobiliário Parque dos Franciscanos se comprometia a fazer substituição da antiga ponte do Vergel, por uma ponte, com infraestrutura de concreto e aço, dentro das normas e especificações técnicas adequadas, conforme o tráfego, no local; que ele cobrava da administração municipal, fosse cumprido o TAC, que os moradores não mais aceitariam uma ponte de madeira, haja vista a cláusula do acordo, e que, ele teria uma nova reunião, com o Secretário de Agricultura, a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

fim de que se resolvesse, definitivamente, o problema da ponte do Horto Vergel. Como o próximo inscrito, Vereador Marcos Antônio Franco, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela narrou “uma história muito conhecida da Casa e da população de Mogi Mirim” e lembrou que, em 2013, alguns empresários, cansados da administração de Carlos Nelson Bueno, tinham formatado um prefeito, chamado Gustavo Stupp, que fora eleito; que o grupo de empresários “queria ficar mais rico” e via, na administração anterior, de Carlos Nelson Bueno, algo que os tratava, impedia-os de investir, em Mogi Mirim; que Gustavo Stupp tinha sido eleito prefeito de Mogi Mirim e a expansão urbana tinha sido desenfreada; que, recentemente, fora eleito, novamente, Carlos Nelson Bueno; que alguma coisa estava errada, na cidade de Mogi Mirim, e aqueles, cansados daquela trava, que Carlos Nelson Bueno impusera, aos empreendimentos imobiliários, começavam, agora, a sentir a mesma coisa, uma trava, no desenvolvimento imobiliário de Mogi Mirim; que havia um grupo de vereadores, o qual estava, há algum tempo, conversando, com empreendedores imobiliários, donos de imobiliárias e com a sociedade civil, na busca de entender o que estava acontecendo, em Mogi Mirim; que todos desejavam que a cidade crescesse, ordenadamente; que ela estava esperando o projeto de revisão da revisão do plano diretor, que seria apresentado, no fim do mandato, entregue à Promotoria Pública da Comarca; que os empreendedores entendiam, que estavam sendo freados, mais uma vez, injustamente, e ela perguntou, se tal atitude era correta, haja vista que alguns empreendimentos se expandiam, outros eram segurados, e ela desejava saber o porquê; que seria agendada, então, uma audiência pública, pois o grupo de vereadores estava “rodando, fazia dois meses”, quieto, vereadores conversando, com todos, conhecendo a estrutura dos empreendimentos, os quais, através de ato administrativo, através de decreto, tinham sido anulados, por Carlos Nelson Bueno, inclusive, o Parque dos Franciscanos, loteamento, que tinha sido citado,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

pelo Vereador Luís Roberto, e talvez, o citado loteamento tivesse que fazer alguma coisa, para adequar-se, mas os demais empreendimentos já tinham “feito tudo o que tinha sido necessário fazer”; que um vereador tinha ido até a residência da oradora, dissera, que não votaria nela, para presidente da Câmara – ele não se encontrava, em plenário, mas se preciso fosse, ela poderia falar, na frente dele, e este vereador lhe contara ainda, que tinha ido até a Procuradoria Jurídica do Município, estava ajudando e resolvendo muitos problemas, para o prefeito, e este vereador já dissera, ao prefeito: “vamos liberar logo os loteamentos, porque está tudo pronto”, que ninguém “liberava nada” e os empreendedores mogimirianos estavam investindo, em Mogi Guaçu, então, o grupo de vereadores iria ao Ministério Público, iria propor audiência, uma reunião ampla, com a sociedade civil, porque alguma coisa errada havia, e que, o assunto era seriíssimo, haja vista que Carlos Nelson era eleito e reeleito, um empreendedor crescia, outro era travado. O próximo orador foi o Vereador Moacir Genuario. Ele também comentou acerca das respostas, enviadas, pelo Gabinete do Prefeito, às proposituras dos vereadores, assunto trazido, na tribuna, pelo edil Geraldo Bertanha, que havia dito, que recebia respostas de proposituras, as quais pertenciam a outro vereador. O Vereador Moacir salientou, que pior acontecia, com ele, que recebia as respostas, com o seu nome escrito, erroneamente, e citava tal fato, para que todos atentassem, qual era a deferência, que o Poder Executivo dedicava aos vereadores. Tinha sido felicíssimo o requerimento, que pedia agilidade, nas respostas, esperava ainda, que acertassem o nome dos vereadores, no endereçamento. Falou da precária situação, em que se encontravam as ruas de terra das Chácaras Sol Nascente, e destacou que, antes de passar a máquina patrol, para nivelar os buracos, necessário era limpar os bueiros e ele tinha dito isso, ao Secretário de Agricultura, Valdir Biazotto; que as chuvas do último final de semana tinham deixado as ruas, em estado lastimável, repleta de buracos; que ele tinha telefonado, ao secretário Valdir, para lhe falar sobre o mau



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

estado das ruas e o secretário lhe respondera, que dever-se-ia esperar a estiagem; que o vereador tinha alertado o secretário, para que fossem feitas melhorias, antes do período chuvoso, vinte dias atrás, e o grande sábio era aquele que antevia os problemas, antes deles acontecerem, e, agora, era só blá blá blá; que havia uma quantidade enorme de estradas, em más condições e, além disso, não existia subprefeitura, em Martim Francisco, porque o subprefeito do distrito era uma piada, o vereador acreditava, inclusive, que o subprefeito desconhecesse, de fato, onde ficavam as Chácaras Sol Nascente, mas, nas chácaras havia uma rua principal e o mato já a tinha invadido, quase totalmente, e o orador perguntou: será que custava, ao subprefeito, averiguar a situação?; que ele, vereador, estava cansado de pedir, não queria “bater de frente”, queria apenas, que o serviço fosse realizado; que o subprefeito dizia a todos, que tinha sido ele, quem pedira a reforma da estação de trem, sede da subprefeitura, ora, quando todos sabiam, que tinha sido pedido do Vereador Cinoê Duzo, então, essa postura do subprefeito era lastimável, que a postura do subprefeito refletia incompetência e falta de vontade de trabalhar e o vereador pediu, ao subprefeito de Martim Francisco, que tirasse a “bunda da cadeira” e fosse trabalhar. Depois, relativo à decisão da Mesa, acerca das homenagens, para que fossem realizadas, em dias outros, que não os de sessões, disse, que estava observando os requerimentos, com propostas de homenagens, agendadas para outros dias, todavia, ele lembrava, que a Mesa ficara de emendar o Regimento Interno, para estabelecer a proibição, portanto, ele aguardava o projeto. Por fim, destacou que, na data, tinha visto portaria da Mesa Diretora, nomeando a Comissão Permanente de Licitação da Câmara, e pediu, por transparência, no processo de escolha dos membros, porque dever-se-ia dar o direito a todos os assessores, à participação, solicitou, desta forma, que o processo de escolha da comissão não fosse dirigido e, se necessário fosse, ter o curso do pregoeiro, que a Mesa concedesse, aos demais funcionários, que o cursassem. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Orivaldo Aparecido Magalhães. Discursou, afirmando que existiam coisas, as quais lhe deixavam constrangido, tais como, a “ciumeira besta” e a “inveja besta”, que eram coisas vergonhosa e, desde a semana passada, o “cotovelo das pessoas estava ardendo”, no plenário, e tal postura depreciava a Casa Legislativa. Sobre assunto do transporte de pacientes, nas ambulâncias da saúde, colocou, que nada obstava, que a Secretaria de Saúde se utilizasse das ambulâncias, para transportar pacientes doentes, até a cidade de Araras, e que, pelo simples fato de não haver rota, para Araras, não tinha sido colocado veículo simples, mas este seria providenciado. Felicitou o Vereador André, dando-lhe parabéns, pelo aniversário. Prosseguindo, sublinhou que a chuva era abençoada, a chuva significava alimentos e a não carestia de alimentos; que, em todos os anos, as estradas estariam ruins, à época das chuvas, e mexer, em estradas, nas épocas de chuvas, era pior ainda, e exemplificou que, na rua Vicente Pereira de Lima, as chuvas tinham levado embora toda a terra, onde tinha sido feita manutenção, gastara-se dinheiro à toa, a população daquela região tinha ficado ainda mais prejudicada; que, quando o chão estava firme e era passada a plaina, amoleciam-se todas as ruas, a enxurrada da chuva vinha e levava tudo, e que, o povo era porco, do Oiapoque ao Chuí, pois jogava garrafas pets, fraldas, lixo, tudo, nas ruas, a população não separava o lixo orgânico, do reciclável, colocava o lixo, para fora, nos dias, em que não havia coleta e, vindo a chuva, levava todo o lixo para o bueiro e para dentro da rede de esgoto. Sobre loteamentos, afirmou, que os irregulares eram muitos, em Mogi Mirim, e lembrou, que ele tinha ingressado, na Justiça, contra dois loteamentos, totalmente irregulares, localizados, em área fora do plano diretor; que um exemplo estava na Ponte do Vergel, porque o loteador tinha realizado obras, no seu empreendimento, e toda a terra, quando da chuva, tinha escorrido para dentro do rio, causando assoreamento, lamentavelmente, a população não tinha se conscientizado, e que, alguém poderia perguntar, por que Jaguariúna tinha renda per capita maior, do que Mogi Mirim,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

e ele respondia, que era porque, em Jaguariúna, houvera desenvolvimento racional, a cidade não tinha aberto loteamentos, uns atrás de outros não, em Jaguariúna, regras de infraestrutura eram cumpridas. O próximo orador foi o Vereador Samuel Cavalcante, que usou a palavra, para replicar o discurso do Vereador Orivaldo Magalhães, que tinha dito, “que a culpa das estradas rurais estarem ruins cabia ao sitiante”, ou “não adiantava a prefeitura fazer manutenção, nas estradas rurais, porque iria chover”. Perguntou, se era isso mesmo, pois não acreditava naquelas palavras ditas, tão absurdo era o comentário. Afirmou, que entendia, perfeitamente, a posição do Vereador Orivaldo, porque era a de Líder de Governo, cabia-lhe, de fato, defender o Poder Executivo, mas, as palavras tinham sido absurdas, haja vista que o setor agrícola, o agronegócio era responsável por uma parcela enorme do PIB e não se podia deixar o produtor rural “na mão”, desamparado, o ano inteiro, “porque iria chover”, e que, isso só poderia ser brincadeira e tais palavras revelavam a incompetência do gestor público Carlos Nelson Bueno. Depois, respondendo à Vereadora Maria Helena, falou que sim, de fato, “um grupo de empresários tinha formatado o prefeito Gustavo Stupp”; que um grupo de políticos incompetentes tinha formatado o prefeito Carlos Nelson Bueno, durante oito anos, e, agora, por mais quatro anos, pois, com “um monte de acordos”, para benéfico próprio, haviam-no formatado, que ele não estava, na Casa, para defender Gustavo Stupp, porém, Carlos Nelson Bueno era sinônimo de caos, na cidade, em todas as áreas, e que, não adiantava o líder de governo justificar o uso da ambulância, sem cinto de segurança, pois os carros todos estavam “caindo aos pedaços”, e, para concluir, pediu ao Vereador Marcos, que expusesse a situação real do transporte de pacientes, da Secretaria de Saúde. Como a próxima oradora, Vereadora Sônia Regina Rodrigues, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Tiago César Costa. Ele discursou, colocando que o atual prefeito Carlos Nelson Bueno tinha que entender, que a cidade de Mogi Mirim não lhe pertencia, pertencia aos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mogimirianos; que o prefeito tinha brincado de “Banco Imobiliário”, por oito anos, colocando a cidade “debaixo do braço”, aprovando o loteamento, que quisesse, de quem ele quisesse, e todos loteamentos de alto padrão, para que o pobre não conseguisse comprar; que ele, orador, pagava aluguel, não tinha conseguido comprar sua casa própria ainda, pois eram absurdos os valores de imóveis, difícil comprar terreno, em Mogi Mirim; que Carlos Nelson Bueno retornara à prefeitura, para concluir os empreendimentos imobiliários, de sua família, destinados à classe A, classe de muito dinheiro, e não aos menos favorecidos, pessoas que ficavam esperando o plano popular do Governo Federal Minha Casa/Minha Vida, para comprarem a casa própria; que, infelizmente, Carlos Nelson Bueno só pensava, no Morro Vermelho II, e nos loteamentos, os quais pudessem gerar concorrência a ele; que Carlos Nelson só pensava em empreendimentos, “em frente da mandioca”, em frente, de um terreno de propriedade de sua família, às margens da Rodovia Nagib Chaib, local, onde Carlos Nelson plantava mandioca, para não pagar IPTU, local, onde ele tinha “mandado o Departamento de Estradas e Rodagem – DER fazer uma obra ridícula”, a qual nunca terminava, porque o “Márcio França tinha perdido a eleição e Dória vencera, e até intervira, no PSDB de Mogi Mirim”, partido, ao qual Carlos Nelson Bueno pertencia; que era “tanta moral, para um traidor”, Carlos Nelson não passava de um traidor, o qual travava empreendimentos imobiliários, como bem desejasse, da forma como quisesse, “como se Mogi Mirim fosse dele”; que Mogi Mirim pertencia aos mogimirianos e não a um prefeito guaçuano, forasteiro, o qual tinha vindo, para Mogi Mirim, e a cidade estava parada, no tempo, por causa de um comportamento ditatorial e do “coronelismo barato”, do prefeito Carlos Nelson; que a Justiça, em Mogi Mirim, vinha sabendo disso, porque ele, orador, tinha visto empreendedores, ingressando, com ações, quando Carlos Nelson tinha revogado o decreto, dos loteadores, e Carlos Nelson tinha revogado o decreto, para que pessoas não mais investissem, em Mogi Mirim, não mais



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vendessem terrenos, em Mogi Mirim, um decreto legal, que estava sendo cumprido, e o próprio juiz tinha dito: “o prefeito fica arrumando desculpas, na legalidade, para barrar o empreendimento”; que o prefeito era coronel e só os negócios do prefeito iriam caminhar, e era este o cenário, atualmente, em Mogi Mirim, uma cidade que não crescia, não gerava empregos e só trabalhava, para favorecer o ego do prefeito Carlos Nelson Bueno, “o umbigo dele, de empreendedor”, numa perseguição barata, que não deixava a cidade de Mogi Mirim crescer, e não viessem lhe falar sobre sustentabilidade, porque a cidade tinha que crescer sim, com responsabilidade, mas, o prefeito não dava conta da saúde e educação e ficava preocupado apenas, com “loteamento de luxo, para a classe A”, enquanto a classe menos favorecida não tinha oportunidades, era “uma verdadeira máfia de loteadores que favorecia apenas a classe A”, e que, a classe menos favorecida não podia sonhar, com um imóvel mais barato, um “apartamentinho, um terreninho”, porque Carlos Nelson travava tais tipos de empreendimentos. Finalizando, fez denúncia, “em primeira mão”, de que o prefeito, através de decreto, o qual não constava, no Portal da Transparência, tinha desvinculado três milhões, cento e dezoito mil reais, dos oito milhões de reais existentes, na conta, da Contribuição para Iluminação Pública - CIP, que o prefeito poderia utilizar os três milhões desvinculados, onde bem entendesse e isto era um absurdo, o valor deveria ser utilizado, exclusivamente, para reparos e melhorias, na iluminação pública, haja vista que o Parque das Laranjeiras estava, na escuridão, e que, o ato de desvincular era inaceitável, os mogimirianos deveriam acordar e lutar, contra mais quatro anos de Carlos Nelson Bueno. Como o próximo inscrito, Vereador Alexandre Cintra, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador André Albejante Mazon. De início, ele agradeceu a aprovação da Moção nº 33/2019, de sua autoria, para votos de congratulações e aplausos, à veterinária Dra. Andressa Ferrari Gonçalves, residente, em Mogi Mirim, pelo serviço voluntário que ela tinha prestado, aos animais de Brumadinho, MG, após



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o acidente, com a barragem da empresa Vale. Explicou, que a veterinária tinha executado um trabalho voluntário, com os animais, em Brumadinho, e merecia todos os aplausos. Falou também, sobre a queda do muro do CAIC, que estava, em construção, e lembrou, que, no começo do mês, em curso, quando tinha acontecido o absurdo caso, dele ter sido barrado, na entrada da EE Dona Sinhazinha, e precisara acionar a Polícia, ele tinha feito um vídeo, mostrando a péssima qualidade da reforma, que a Secretaria da Educação estava fazendo, na EE Dona Sinhazinha, um serviço porco, pintava-se uma parede, por cima do mofo, sequer limpavam, previamente, a parede, serviço este, que, certamente, necessitaria ser refeito, em breve, pois, pintava-se, sem antes resolver o problema da infiltração, a qual gerava o mofo, logo, uma obra porca e mal feita, assim como, tinha sido o muro do CAIC, outra obra da Secretaria da Educação, achava, inclusive, que era caso dos vereadores fiscalizarem todas as obras, da Secretaria da Educação, em andamento; que, atualmente, as escolas tinham chegado a um estado crítico, algo lamentável, que ele fora visitar a EMEB Cleusa Marilene Vieira de Mello, a qual tinha sido reformada, no penúltimo ano, da gestão anterior de Carlos Nelson Bueno, portanto, obra de oito anos atrás, e a escola já apresentava o piso detonado, e que, deveria existir alguma coisa muito errada, nas obras da Secretaria de Educação, certamente, pois era enorme a má qualidade observada. Depois, citou o assunto, que tinha sido trazido, pelo Vereador Geraldo Bertanha, acerca das ambulâncias e remoção de pacientes. Sublinhou, que já “havia cantado essa bola”, quando do fechamento da UANA, porque ele dissera, à época, que o fechamento da UANA iria gerar uma demanda de ambulâncias, haja vista que, depois do atendimento, na UPA, o paciente deveria ser removido, à Santa Casa, em caso de internação, e que, muitos pacientes sofriam, com esse deslocamento, demorava-se, para chegar até a UPA, porque era longa a distância, o paciente chegava, na UPA, em situação crítica, e o paciente ainda tinha que ser transferido, para a Santa Casa, no caso de algo grave.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Falou ainda, que havia boatos, de que o prefeito estava “bolando uma intervenção, na Santa Casa”, de que a própria “Irmandade estava entregando a gestão”, para o prefeito, e isto muito o preocupava, haja vista que, no passado, a qualidade da UANA, que fora gerida, pela Santa Casa, tinha sido muito superior a qualidade da UPA, que era gerida pela administração; que a qualidade da gestão da saúde, em Mogi Mirim, tinha caído muito e quem estava pagando a conta, com vidas e sofrimento, era o povo e, agora, “o prefeito queria pegar a Santa Casa também”, que tudo isso era penoso, gastava-se mais dinheiro, com saúde, de forma pior, e a população estava pagando a conta, portanto, o vereador esperava, de coração, que fossem apenas boatos e não se tornassem realidade. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo. Ele afirmou, que a Santa Casa não poderia fechar suas portas, de jeito nenhum, e a prefeitura municipal não devia virar as costas, para a Santa Casa, parecia-lhe, enfim, que a prefeitura queria gerar o caos, para ter motivos, quando, na realidade, a prefeitura, a comunidade e a Santa Casa deveriam andar, de mãos dadas, porque todos dependiam da Santa Casa; que o deslocamento da população até a UPA era “um negócio horroroso”, especialmente, para a população do Distrito de Martim Francisco, do Jardim Planalto, Jardim Floresta, o pessoal do sítio, e, caso fosse uma emergência, a pessoa teria ainda, que ser deslocada, da UPA, para a Santa Casa; que à Santa Casa cabia atender a todos e ela atendia a todos muito bem, apesar de todas as suas dificuldades, seus profissionais “vestiam a camisa” e trabalhavam, com amor; que a Santa Casa não poderia fechar suas portas, de jeito nenhum; que a prefeitura deveria dar graças a Deus, porque a Santa Casa estava funcionando, a prefeitura não deveria “jogar pedras”, na Santa Casa, mas sim, abraçar a Santa Casa, seus enfermeiros, médicos, atendentes, equipe gestora, pessoas que tentavam, com todos os meios, manter a Santa Casa funcionando, com dificuldades; que a situação estava complicada e ele se perguntava, por que a prefeitura tinha mandado realizar, em outras cidades,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

cirurgias, as quais poderiam ter sido realizadas, em Mogi Mirim, que a Santa Casa nunca tinha abandonado a população de Mogi Mirim, mesmo “tomando prejuízo”, nas infelizes situações e atitudes da prefeitura, e que, a prefeitura deveria abraçar a Santa Casa e não instalar o caos, de vez. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h14, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a presença de dezesseis dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM SEGUNDO TURNO: “ex-vi” do disposto no inciso I, do Artigo 172 do Regimento Interno: 1.** Projeto de Lei nº 100, de 2018, de autoria do Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, “alterando a redação da Lei Municipal nº 5.568, de 2014, que institui o dia FATEC DE PORTAS ABERTAS, no Município de Mogi Mirim”; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade dos vereadores presentes, Segundo (2º) Turno, o Projeto de Lei nº 100/2018, do Vereador Manoel Palomino); (à sanção do Prefeito de Mogi Mirim). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICAÇÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Inicialmente, fez uso da palavra o Vereador Cristiano Gaioto. Ele mencionou requerimento, que tinha apresentado, em coautoria do Vereador Luís Roberto Tavares, visando homenagem, da Edilidade, à ETEC Pedro Ferreira Alves, pelo transcurso dos cinquenta e cinco anos de fundação da escola, com sugestão, de que a homenagem fosse realizada, na sede da própria escola, para que todos os alunos participassem, justamente, ao meio dia, porque, às 12 horas, do dia 12 de março de 1964, tinha sido ministrada a primeira



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

aula na ETEC. Informou ainda, que a homenagem já contava com a presença confirmada, da senhora Laura Laganá, diretora-superintendente da Fundação Estadual Paula Souza. Ele convidava a todos, de coração, pois o evento seria muito bonito, tinham sido convidados profissionais, os quais tinham atuado, na escola, ex-alunos e professores, pessoas, que por lá haviam passado, seria dia normal de aula, a escola iria cessar atividades, ao meio dia, depois iriam todos, para a quadra da escola, onde se realizaria a homenagem, e ele agradeceu a aprovação da propositura. Depois, ele retornou ao assunto da Audiência Pública, que ele propusera realizar, no dia 21 de março de 2019, às 17h30, no plenário da Câmara Municipal, para tratar de assuntos referentes ao Programa de Apoio Financeiro Escolar – PAFE. Sublinhou, que a reunião seria de vital importância, para todos, ele pedia a presença dos pares, porque as escolas apresentariam quais melhorias tinham executados, com o dinheiro repassado, pelo programa; que ele, como ex-funcionário da Secretaria de Educação, sabia das dificuldades, pelas quais as escolas passavam, sabia também, que a prefeitura não iria contratar profissionais, ou montar uma equipe exclusiva, para limpeza de prédios escolares; que ele não estava falando das estruturas dos prédios, mas sim, da manutenção dos mesmos, tais como, roçagem, troca de torneiras e lâmpadas, e que, o dinheiro do PAFE era utilizado, para pequenas manutenções. Finalizando, enalteceu a pessoa do Vereador Manoel Palomino, atual presidente da Câmara, desejava parabenizá-lo, pelos sessenta dias de presidência, bem como, pelo excelente trabalho, que vinha realizando, surpreendendo a muitos, mas não a ele, orador, porque, desde o início da legislatura, ele sabia da capacidade e maestria do Vereador Manoel. Como os próximos oradores, Vereadores Geraldo Vicente Bertanha e Jorge Setoguchi, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Laércio Rocha Pires. O vereador prosseguiu, relatando o que lhe ocorrera, anos atrás, falou da calúnia, que tinham dito, contra ele, da difamação, pela qual passara, porque pessoas tinham tentado denegrir sua imagem, de todos os modos possíveis, inclusive,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

junto ao funcionalismo público; que ele, orador, nunca tinha votado contra o funcionalismo, por dois anos consecutivos tinha dado voto favorável, ao aumento dos salários, dos funcionários públicos; que meia dúzia de paus mandados tinham vaiado os vereadores, naquela época, mas, verdade era, que, agora, o prefeito Carlos Nelson tinha concedido apenas 1%, ao funcionalismo, e ninguém tinha reagido; que essas pessoas inescrupulosas haviam dito, que ele chamara o funcionário público de vagabundo, pelo contrário, ele havia dito, que de nada adiantava aos comissionados mandarem, em trabalhadores da prefeitura, com vinte, ou trinta anos de carreira, pais de família, concursados; que ele próprio, no governo passado, presenciara comissionado vagabundo, que fazia nada, e os funcionários de carreira da prefeitura levavam os vagabundos comissionados, nas costas; que os comissionados adquiriam fama, em cima do trabalhador, de carreira; que ele pedia desculpas, ao funcionalismo, pelos parasitas incompetentes, que nada tinham feito, de bom, para a cidade, pelo contrário, tinham-no difamado, e ele nunca se posicionara, contra o funcionalismo, não era louco, nem trouxa, nem nascera ontem; que os inescrupulosos tinham feito de tudo, para “queimar sua imagem”, principalmente, junto ao funcionalismo, e ele acreditava, inclusive, que tinham conseguido, porque a mentira tinha se espalhado e o bandido se tornara ele, justo ele, orador, que não tinha nenhum processo, nas costas, e era ficha limpa; que os bons políticos pagavam caro, pelos maus políticos, os fichas sujas, que difamavam a classe; que ele conhecia o grupo, que o tinha difamado, e o grupo jogava sujo, sempre jogara e prosseguiria jogando sujo; que as pessoas desse grupo sumiam de Mogi Mirim sempre, ficavam ausentes, por três anos e meio, e, quando se aproximavam as eleições, as pessoas do grupo retornavam, para Mogi Mirim, em busca de votos, “posando de mocinhos”; que, durante um mês e meio, ele, orador, fora capa de jornal, por causa de mentiras, que tinham sido inventadas contra ele, tais como, fraude, em aposentadoria, ou que ele matara o próprio irmão, ou xingara funcionário



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

público; que o grupo era profissional, componentes treinados, posicionavam-se dois integrantes, por exemplo, em filas de banco, lugares de aglomeração, ônibus, UBSs, e um puxava a conversa, o outro respondia, e as pessoas ao redor eram influenciadas; que eram pilantras e bandidos; que ele era ficha limpa, nenhum B.O., na Justiça, ele nada devia, que ele desejava retornar à Casa, tinha fé, em Deus, mas desejava voltar, de outra forma, estava torcendo, pela saúde do companheiro Gérson Rossi, e que, Deus abençoasse a população de Mogi Mirim. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares. Informou que, no dia seguinte, terça-feira, os Vereadores Cristiano, Sônia, André e ele, orador, iriam à Companhia de Desenvolvimento Habitacional Urbano – CDHU, para uma reunião técnica, a respeito do Parque das Laranjeiras. Depois, relatou que, na data, acompanhara a limpeza efetuada, na Estrada do Boa, e constatara, de fato, o grande volume de descarte ilegal, que ocorria, por lá, todavia, a ausência de um Calendário de Coleta atuante, ajudava bastante a piorar a situação, de modo geral, na cidade; que vinte e cinco caminhões de entulho – galhos, móveis, resto de construções, tinham sido retirados da Estrada do Boa; que a logística deste tipo de coleta era muito grande, pois uma retroescavadeira tinha que ser deslocada, ir até o ponto de coleta, para recolher o entulho e jogar, na caçamba dos caminhões, e estes se deslocarem até o local do descarte definitivo, portanto, um ecoponto, em cada bairro, facilitaria a operação, que ele fazia indicação sobre isso e sobre o Calendário de Coleta de Entulhos, e que, o lixo descartado, ilegalmente, contribuía também, para a poluição das águas fluviais. Na sequência, falou sobre a queda do muro do CAIC – Alfredo Bérghamo, que estava em construção e viera abaixo, no domingo, em virtude das fortes chuvas, exatamente, às 16 horas; que os vizinhos tinham monitorado o evento, as pessoas da Mercearia da Viela eram as únicas testemunhas e elas acreditavam que a queda tinha acontecido mesmo, em razão da forte chuva, pois não havia ninguém, nas ruas, naquele horário, portanto, tudo indicava não tinha sido caso



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

de vandalismo; que ele tinha sido ajudante de pedreiro e portanto sabia que, se o muro tinha sido erguido, na sexta-feira, os trabalhadores deveriam ter enchido as colunas, com concreto, naquele mesmo dia, e não as deixar, para encher, somente na segunda-feira, logo, tinha sido este, o descuido da empresa, que a empresa deveria arcar, com os custos, e a insegurança fora enorme, o muro tinha caído, na calçada, poderia ter ocorrido um acidente grave. Relatou também, que ele fora visitar a EMEB Maria Paula, porque uma criança tinha se acidentado, num dos brinquedos, do parquinho, e a criança fora encaminhada, à UPA, e o atendimento tinha demorado muito, “um exagero”, para depois, conforme protocolo, ser encaminhada à Santa Casa, e que, ele iria solicitar o conserto do brinquedo, na EMEB Maria Paula. O próximo orador foi o Vereador Marcos Antônio Franco. Ele respondeu, aos pares, sobre a questão do transporte dos pacientes, nas ambulâncias, da Secretaria da Saúde. Ele confirmou a ocorrência do transporte de pacientes até Araras, pela ambulância nº 2628; que tal ambulância tinha sido adquirida, na gestão Gustavo Stupp, veículo este, com capacidade, para sete pessoas: dois motoristas, nos assentos da frente, cinto de segurança, para quatro passageiros, atrás, e um paciente, deitado, na maca; que tinham sido transportados sete pacientes, na ambulância 2628, e um deles, deveria ir, na maca, deitado, ou no assoalho, que outra viagem tinha sido feita, até Araras, desta vez, com seis passageiros, capacidade correta de pacientes, e que, isto tinha sido falta atenção de quem tinha agendado o transporte, e o vereador já tinha conversado, para corrigir o funcionário responsável. Depois, agradeceu a belíssima matéria do Jornal O Popular, abordando a situação do Bairro Horto Vergel, e destacou, que ele frequentava o bairro, tinha conversado, com a população, do local, e com os agricultores, os quais utilizavam a estrada, e era fato que, quando chovia, os produtores ficavam ilhados, no Horto Vergel, não conseguiam trafegar, nem pela ponte, nem pela Estrada Velha de Itapira, porque o ponto crítico ficava cheio de terra, e não era só por causa dos loteamentos



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

próximos, mas porque, quando tinham aberto a estrada, não tinham sido executadas as laterais, para escoamento de água pluvial, logo, a terra caía toda, no rio, assoreando-o, que o Bairro Vergel era, praticamente, um lugar esquecido, o povo vivia, em situação muito precária, pois, quando chovia, os pais não tinham como mandar os filhos às escolas, por causa da estrada, e que, ele esperava, do Poder Executivo, providências àquela população. Prosseguiu, dizendo que a Rodovia dos Agricultores também estava em situação lastimável; que a estrada de terra estava em melhor condição de tráfego, do que a rodovia asfaltada, que a Rodovia dos Agricultores continha muitos buracos, os quais acabavam, com a suspensão dos veículos, e, além disso, o acostamento continha desnível de trinta centímetros, em alguns pontos, e que, a rodovia estava um caos, já houvera acidentes graves. Agradeceu, aos Vereadores Maria Helena, Tiago e Moacir, por lhe terem feito companhia, em visita, à oficina da Prefeitura, com o intuito constatar e fiscalizar três motores novos, os quais tinham sido comprados, para as ambulâncias. Todavia, expôs que lhe causara estranheza, o fato de que as ambulâncias fossem, para leilão, e perguntou, por que a administração tinha comprado motores novos, “na caixa”, se ela sabia, que as ambulâncias iriam, para leilão? Verbalizou, que a administração tinha jogado dinheiro público fora e, se os quatro vereadores não tivessem fiscalizado, tudo teria sido leiloado e ninguém ficaria sabendo, mas os quatro vereadores estavam, “em cima”, fiscalizando. Agradeceu, por fim, à GCM, em nome do Presidente Manoel, que era GCM, cumprimentou a todos da corporação, especialmente, o Secretário de Segurança, porque tinha atendido um seu pedido, de um guarda civil municipal, posicionado, nas dependências da UPA, no período noturno, para segurança de pacientes e médicos, porque, recentemente, um médico tinha sido ameaçado, com uma arma de fogo, por um acompanhante de paciente. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros. Ela retornou ao assunto do mercado imobiliário e afirmou, que a audiência pública, para discussões relativas, ainda não tinha



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

sido agendada, todavia, a proposta já estava registrada, no sistema da Câmara, pelo grupo de vereadores, que o grupo iria conversar, novamente, com os empreendedores, os vereadores esperavam também, conversar com o Ministério Público, com a Justiça, desejavam saber das decisões judiciais correlatas, para fazer uma grande audiência pública, a qual envolvesse toda a sociedade civil, e que, a cidade estava estacionada, certamente, e, infelizmente, em virtude da mão pesada da administração, situação que se refletia, nos edis, porque quase todos os empreendedores consultados tinham mostrado insatisfação, para com o Poder Público, e os vereadores tinham percebido muito isso. Depois, trouxe o caso da área, do prédio da antiga fábrica de conservas, localizado na Rua Carlos Agritelli, esquina com Rua Hermete Marette, na Vila São José, o qual fora ocupado depois, pela Cartonagem Nader, ultimamente, pela Usinagem Rafa; que a proprietária da área desejava desmembrá-la e, ali, dividir dezesseis lotes, e a vereadora não sabia, com clareza, mas parecia-lhe, que a administração municipal tinha solicitado um parecer do Centro de Documentação Histórica - CEDOCH, para a área, e o serviço das máquinas, que lá estavam, para demolir o resto do prédio, tinha sido interrompido; que a população do entorno estava muito preocupada, nada havia, no local, de patrimônio histórico, o local era sim, foco de dengue; que a proprietária passava aborrecimentos, pois ela própria tinha que cuidar do mato, que crescia, tratava-se de área grande, na Vila São José, poderia tornar-se investimento, na localidade, e não se sabia, com clareza, se a obra tinha sido embargada, pela Prefeitura, ou se o CEDOCH tinha agido, e lembrou, que o CEDOCH deveria opinar acerca do cinturão da área central, da cidade, e não avançar pelos bairros, e isto, estava incomodando as cercanias, o Bairro Aterrado, a Vila Pichatelli, a Vila São José; que ela tinha sido procurada por moradores das cercanias, ela vira a angústia dos moradores, que ela estava pedindo, reiterava requerimento, para que a prefeitura colocasse os vereadores a par, do que realmente estava acontecendo, no local, se a obra estava embargada, ou



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

se a prefeitura iria autorizar a proprietária a desmembrar a área, e que, a população estava cansada, diante da demora da administração municipal. O próximo orador foi o Vereador Moacir Genuario. Ele parabenizou o Vereador Samuel, pelo discurso proferido, em resposta à fala do Vereador Orivaldo, porque tinha sido discurso sensacional, a explanação, sobre esperar a chuva, para só depois arrumar a estrada. O vereador relatou, que tinha sugerido, ao Secretário de Agricultura, Valdir Biazotto, que fizesse um trabalho de prevenção, nas estradas, e se o secretário tivesse feito a prevenção, nas ruas das Chácaras Sol Nascente, as manilhas não estariam entupidas; que ele nem reclamava dos buracos, buracos existiam, na cidade toda; que, quando citara a omissão do subprefeito, não demonstrara “dor de cotovelo”, para com ninguém, nem inveja e sequer tinha mencionado o assunto, para atingir vereador, haja vista que ele sabia, que existiam cargos, na subprefeitura do distrito, os quais tinham sido preenchidos, através de indicações de vereadores, que a verdade era uma só: a subprefeitura deveria tomar conta daquela região – Distrito, Chácaras São Francisco, Sol Nascente, Usina Esmeralda, São Maurício, Cavenaghi e Jardim Planalto, e não atuara, preventivamente, e que, dever-se-ia fazer prevenção, antes do caos, e não depois das chuvas. mencionou ainda, a situação da Ponte do Vergel. Colocou, que o Vereador Luís Roberto vinha alertando, para a situação da ponte, há muito tempo, e a administração realizara um serviço paliativo, portanto, dever-se-ia prever, antes que os problemas acontecessem. Ato contínuo, fez uso da palavra o Vereador Orivaldo Aparecido Magalhães. Iniciou, afirmando que, “com ele, o papo era reto” e, quando havia dito acerca da “dor de cotovelo”, dos vereadores, queria mencionar que, quando um vereador conseguia alguma coisa, para a cidade, os outros vereadores se arrepiavam, por esse motivo; que ele não dissera, que seria por causa de subprefeitos; que ele não tinha tempo, para rodar a cidade inteira, era empresário, tinha que viajar pela região; que ele quisera dizer que, quando um vereador conseguisse algo, para a cidade, que os outros não



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

precisariam se lamentar, nem fazer comitiva, pois era vergonhosa tal atitude; que o Prefeito Carlos Nelson Bueno nada tinha feito de errado, quando autorizara a transposição do dinheiro da CIP, porque a Emenda nº 93/2016, votada, no Senado, tinha autorizado até 30% de transposição das receitas do município e o dinheiro estava, no caixa, esperando para ser utilizado, na situação que fosse a mais emergencial, na opinião do orador, a saúde; que, a respeito das estradas rurais, estas mereciam ser arrumadas e plainadas, o que ele desejava explicar, era que, agora, dever-se-ia esperar o fim da chuva, oxalá, no futuro, alguém dissesse, que havia vidas inteligentes no Poder Legislativo de Mogi Mirim; que ele estava pouco se lixando, em ganhar votos, ele apenas falara a verdade, porque, se fosse passada máquina, num chão firme, este iria desandar, e era lógico, que o melhor trabalho era o preventivo, nas ruas e estradas de terra de Mogi Mirim, e que, ele também era agricultor e tinha propriedade rural, por isso, afirmava, que era um perigo andar sob chuva, na estrada, onde tinha sido passada a plaina, porque o cidadão ficaria encalhado, certamente, ele não quisera dizer, que não era necessário plainar a estrada, tinha que ser feito. Sobre a Santa Casa, registrou que estava observando, para ver, se o hospital iria pagar os salários dos médicos, referente ao mês de março, porque a Prefeitura Municipal vinha, diuturna e pontualmente, fazendo os repasses, todavia, o que ocorria, era que a Santa Casa vinha tomando glosas, porque faltavam cateteres, para traqueotomia, e medicamentos, para primeiros socorros, a vítimas emergenciais, os aparelhos estavam todos queimados, na Santa Casa, e a UPA mandava pacientes, para a Santa Casa, mas a Santa Casa os devolvia, porque seu aparelho de Raios X não estava funcionando, regressando, tais pacientes, à UPA; que tinha acontecido um caso de perfuração de pulmão, fora trazido à tribuna da Câmara, ele escutara, sem retrucar, mas verdade era, que o citado caso não tinha sido caso, para a Unidade Pronto Atendimento – UPA, porque era caso de emergência da Santa Casa, haja vista que, se uma pessoa sofria um acidente, na Rodovia SP – 340, certamente, ela seria



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

encaminhada ao pronto socorro da Santa Casa, que o certo seria uma UPA, em cada uma, das quatro zonas da cidade, e que, todos veriam os próximos capítulos da Santa Casa e saberiam da roubalheira, que tinham feito por lá, portanto, nada de jogar o problema, “no colo do Executivo”, pois a conversa não era bem assim. Como os próximos oradores, Vereadores Sônia Regina Rodrigues e Samuel Nogueira Cavalcante, desistissem da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Tiago César Costa. Ele se reportou às palavras de seu antecessor, na tribuna, Vereador Orivaldo Magalhães, Líder de Governo, e respondeu-lhe que, em que pesasse a desvinculação da receita da CIP ter sido ato legal, para ele, enquanto advogado tributarista e conhecedor do sistema jurídico brasileiro, fora ato imoral, porque a arrecadação da CIP tinha sido criada, exclusivamente, para custear a iluminação pública, portanto, se um milhão fosse arrecadado, um milhão deveria ser destinado à manutenção da iluminação; que, se o gestor fosse incompetente, dever-se-ia contratar empresa especializada, porque, na prefeitura, havia um único eletricitista, para toda a cidade; que a prefeitura desejava fazer caixa, para, justamente, fazer transposição de verba e, ao se desvincular a verba, retirava-se a natureza de sua criação, ou seja, eram três milhões de reais, superfaturados do bolso dos munícipes, os quais pagavam a contribuição; que a prefeitura tinha cinco milhões de reais, sobrando, nos cofres, e tinha retirado mais três milhões de reais, da CIP, então, o vereador perguntou, para que o dinheiro?; que a base da cálculo da CIP já era superfaturada, desde a sua criação, e o mogimiriano pagava por algo, dez vezes mais, do que a necessidade real, porque pagava-se a CIP, mas nada era aplicado, na manutenção da iluminação, não era feita ampliação da rede, nem a troca das lâmpadas de Led, troca que deveria ter sido feita, em vários locais, na cidade, e havia caixa para isso; que não se poderia retirar dinheiro da contribuição da iluminação, para ser aplicado, na saúde, por exemplo, porque, para a saúde, já existiam IPTU, ITBI e a receita federal destinada; que o maior orçamento municipal era o da educação e, mesmo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

assim, as escolas e creches estavam caindo aos pedaços; que o atendimento da saúde era horrível, exames demoravam para serem feitos; que era descabido tomar uma receita, que cabia à iluminação pública, e assim procedendo, a administração demonstrava não ter feito o dever de casa, e reforçou, que o dinheiro da CIP deveria ser utilizado, para troca de lâmpadas, por LED, a fim de se economizar; que o prefeito nada tinha feito, nos dois primeiros anos de governo, a não ser o aumento do IPTU, numa verdadeira extorsão, ao bolso do mogimiriano; que, agora, a prefeitura tinha retirado três milhões de reais da CIP, para “vir com tudo”, para a reeleição de Carlos Nelson e, infelizmente, o povo tinha memória curta, somente iria pensar em eleições, no ano que vem, seis meses, antes do pleito, um dia antes da eleição, “buscando, santinho no chão”, porque, infelizmente, era essa a cultura do povo, que ele conhecia a DRU – Desvinculação de Receita da União, mas não era o caso, ele não achava justa a desvinculação de receita da CIP, a qual já tinha sido criada, no Governo Stupp, para “encher o bolso de pessoas”, e que, a CIP tinha sido mantida, no governo de Carlos Nelson, mesmo ele, orador, já tendo solicitado, por requerimento, a revisão da CIP e uma cobrança justa, ao mogimiriano. Para concluir, salientou que a Santa Casa não era um loteamento do prefeito, o vereador exigia mais respeito e o “fantasma da Santa Casa” iria assombrar, novamente, o prefeito. Como o próximo inscrito, Vereador André Albejante Mazon, desistisse da palavra, ocupou lugar, na tribuna, o Vereador Cinoê Duzo. Ele citou a última edição do jornal A Comarca, onde se lia: “Palaciômetro: um milhão de reais”, configurando, que um milhão de reais tinham sido gastos, no aluguel, do prédio da Câmara Municipal. O vereador aclarou, que, nos últimos dois anos, tinham sido gastos quinhentos mil reais/ano, com o aluguel do prédio da Câmara; que, com tal cifra, seria possível construir um prédio novo e ainda, pagar a multa rescisória, deixando o aluguel do prédio; que isso era uma vergonha e era, de fato, dinheiro jogado, no lixo; que o aluguel das salas, para uso do gabinete do prefeito, não se comparava ao aluguel da Câmara; que há



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dois anos, no clube Mogiano, os candidatos à presidência da Câmara tinham empenhado a palavra, de que, fossem quem fosse eleito presidente, este assumiria o compromisso de desocupar o prédio, em três meses, mas, até agora, nada tinha sido feito; que seu avó o tinha ensinado a ter palavra, “fio de bigode”, que a Câmara cobrava postura do Poder Executivo, mas ela tinha gasto um milhão de reais, no aluguel do prédio, e, em razão disso, ele pedia, que não mais lhe convidassem, para reuniões, pois, naquele dia, em janeiro de 2017, após a diplomação dos vereadores, no Clube Mogiano, tinha sido assumido o compromisso de desocupação do prédio, no máximo, em três meses, e, até agora, a Câmara estava lá, e que, era muito fácil desejar ser presidente, mas atuar, na presidência, era mais difícil. Depois, mencionou a reforma da previdência geral, projeto de emenda à CF, proposta do presidente Jair Bolsonaro, e destacou que o projeto, como fora apresentado, era verdadeira aberração; que a reforma iria influenciar na vida de todos os brasileiros; que ele era contra, nos moldes, nos quais a proposta fora enviada ao Congresso Nacional; que os professores iriam morrer de dar aulas e não conseguiriam se aposentar e as mulheres tinham sido acrescidas, em cinco anos, fora a carga da terceira jornada; que os professores sofriam agressões, ameaças, e ainda era altamente perigoso lecionar certas regiões do país; que os produtores rurais levantavam de madrugada, sob chuva, sob sol, na estiagem, com as estradas horríveis, para escoamento da produção, e os produtores rurais estavam no “mesmo barco”, que o pessoal da educação, que o tempo de contribuição tinha sido aumentado e a reforma estava sendo mascarada, ele iria cobrar dos deputados, porque eles estavam na linha de frente da reforma, e que, a reforma era uma vergonha, pois os professores e os trabalhadores rurais iriam morrer trabalhar, sem se aposentarem. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento da senhora *Abigail Brasi Malvezzi*, falecida, recentemente. Nada mais havendo a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h17, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM